



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
Divisão Técnica de Editais
Seção Técnica de Editais de Serviços

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2026-SFIL

| | |
|---|--|
| CONTRATANTE (UASG 986477) | Município de Guarulhos |
| OBJETO | A aquisição de um veículo leve destinado ao emprego em operações de controle de distúrbios civis |
| DATA DA SESSÃO PÚBLICA | Dia 23/03/2026 às 09h (horário de Brasília) |
| Critério de Julgamento: | menor preço |
| Modo de disputa: | aberto e fechado |
| PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (ART.48. LC 123/06) | Não se aplicam as disposições do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 |
| MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM | NÃO |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2026- SFIL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1125.2025/0005422-6

Torna-se público que o Município de Guarulhos, por meio da Subsecretaria de Licitações e Contratos, sediado Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação deverá ser fornecido na forma e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida conforme ANEXO II – Memorial Descritivo.

1.3. EMBASAMENTO LEGAL: O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições, bem como demais normas complementares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/21

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)

- Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Poderá ser exigida garantia de proposta como requisito de pré-habilitação para participar de uma licitação, de acordo com art. 58 da Lei Federal 14.133/21, a qual será definida no ANEXO II – Memorial Descritivo, quando aplicável.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Os critérios de preferência conforme art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 estão definidos no ANEXO II – Memorial Descritivo, quando aplicável.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.4.1. O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.9.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.6.10. Sociedades cooperativas quando se tratar de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra

2.6.11. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.12. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.5. O produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicado no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5.3. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 e 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor ou desconto (mensal, unitário, anual, total do item, grupo ou global, etc., conforme definido no ANEXO II – Memorial Descritivo;

4.1.2. Marca/ Fabricante, (podendo ser registrado marca própria nos casos de serviços ou quando a licitante for a fabricante do produto) e no caso de medicamentos, materiais médicos hospitalares, odontológicos e outros, Registro no Ministério da Saúde (RMS): as licitantes deverão especificar para cada produto ofertado.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3.1. Caso o valor unitário seja menor que R\$ 1,00, este poderá ser grafado com até quatro casas decimais.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro,

omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no ANEXO II.

4.7.4. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no ANEXO II.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

5.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

5.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

5.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

5.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5

(cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. Empresas brasileiras;

5.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo ou por ofício quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP:

<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4 e ANEXO II – Memorial Descritivo quanto à preferência.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Conter vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Caso o Anexo II – Memorial Descritivo exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Caso o Anexo II – Memorial Descritivo exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.18. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

6.19. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a licitante apresentar:

I – jurídica;

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II – técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

OPERACIONAL

a) certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos, conforme transcrito abaixo:

a1) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

i. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

ii. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

a2) Na hipótese prevista acima, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

b) prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso e conforme disposto no ANEXO II – Memorial Descritivo

c) registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso, e conforme disposto no ANEXO II – Memorial Descritivo;

c1) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, apresentando como documento de habilitação uma declaração do compromisso assumido.

d) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

PROFISSIONAL:

Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração:

e) apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica, mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), conforme Súmula 23 do TCE/SP, devidamente registrado e expedido pela entidade competente – Sistema CONFEA/CREA e/ou CAU, por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

e1) Na documentação apresentada não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções relativas as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública conforme disposto nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

e2) A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP

f) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

f1) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

f2) A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP.

g) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

III - fiscal, social e trabalhista;

a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

IV – econômico-financeira.

a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados na forma da lei.

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.11. Caso seja necessário a avaliação prévia do local de execução para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a exigências e condições da visita serão estabelecidas no ANEXO II – Memorial Descritivo.

7.12. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.14.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo 02 (duas) horas, para:

7.16.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.16.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.16.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.14.1.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

a) Serão aceitas certidões positivas de débito, com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

b) A documentação, conforme o caso, deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (números de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).

c) A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Subsecretaria de Licitações e Contratos.

d) Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

e) Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento.

7.21. No caso de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas serão acrescidos os seguintes procedimentos:

a) As licitantes deverão comprovar, a sua condição de ME, EPP ou EQUIPARADAS por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente (CNPJ, documento da Junta Comercial, por exemplo).

b) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas deverão apresentar, todos os documentos de habilitação exigidos, mesmo que apresentem alguma restrição, devendo estas serem sanadas no prazo definido neste edital.

b1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006.

b2) A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.

c) A não comprovação da sua condição de ME, EPP e EQUIPARADAS e/ou não regularização dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a licitante estará sujeita às sanções legais, ficando sujeita inclusive ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

7.21.1. Os incisos acima não serão aplicados quando o valor estimado do grupo/ item/ global for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte conforme ao art. 4º, §1º da Lei 14.133/21.

7.22. No caso de participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15. da Lei 14133/21, serão observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

7.22.1. Para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

7.22.1.1. O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

7.22.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso.

7.22.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente conforme minuta anexa a este edital e Anexo II – Memorial Descritivo.

8.2. A empresa deverá no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data da convocação, comparecer para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.2.1. Os prazos poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada e aceita pela Administração.

8.3. No caso da licitação estar autuada em um processo eletrônico, para assinatura do instrumento contratual, a empresa deverá providenciar, preferencialmente após a homologação, cadastro junto ao SEI através dos links https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/acesso-ao-sei> na opção SEI – USUÁRIO EXTERNO.

8.4. O prazo de vigência da contratação é o ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO.

9. DA RESERVA ÀS ME, EPP E EQUIPARADAS

9.1. Caso a licitação seja EXCLUSIVA OU COM RESERVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS conforme instituído pelo artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014:

9.1.1. Para o grupo/ítem reservado, nos termos do art. 48, inciso III: se não houver vencedor para o grupo/ítem reservado, o vencedor da cota principal será convocado a assumir a cota reservada (mesmo grupo/ítem de ampla participação), ou, diante da manifestação de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

9.1.2. Para grupo/ítem destinado exclusivamente à ME/EPP/EQUIPARADAS: se não houver competidor enquadrado como microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas relativamente ao grupo/ítem reservado, a licitação será declarada deserta abrindo-se novo certame, com ampla participação.

9.1.3. ATENÇÃO: Se a mesma empresa vencer o grupo/ítem reservado e a cota principal (mesmo grupo/ítem de ampla participação), a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.1.4. Haverá prioridade de aquisição do grupo/ítem reservado, desde que a diferença do preço de contratação não seja superior a 5% (cinco por cento) do melhor preço válido na cota principal (Vencedor); ressalvados os casos em que este for inadequado para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

9.2. A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, DEVENDO O LICITANTE DECLARAR A OBSERVÂNCIA DESSE LIMITE, CONFORME MODELO ANEXO I – B.

9.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos, quando se tratar de processo físico, permanecerão com vista franqueada aos interessados junto a Subsecretaria de Licitações e Contratos, Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP, ou quando se tratar de processo eletrônico, por meio do sítio eletrônico https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. Fraudar a licitação

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção).

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2. e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

11.4.3. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido poderá ser descontado de eventual garantia prestada pela CONTRATADA. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Guarulhos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2. e 11.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacaodcc@gmail.com, podendo ser feita a confirmação do seu recebimento através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações ou protocolada até às 16h30min do último dia do prazo, na Secretaria de Finanças no Departamento de Licitações da Subsecretaria de Licitações e Contratos, Sítio à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/> ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes>

13.11. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto licitado.

13.12. A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

13.13. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.

13.14. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

13.15. Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Declarações

ANEXO II – Memorial Descritivo

ANEXO III - Termo de Referência

Anexo III – A – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Guarulhos, 04 de março de 2026

GLAUCO LUIZ SILVA

SUBSECRETÁRIO

SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I
DECLARAÇÕES

ANEXO I - A

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Pregão nº

Processo Administrativo nº

Objeto: _____

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA:

- a) não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do Pregão, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.
- b) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- c) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- d) é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____

ANEXO I - B

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Pregão nº

Processo Administrativo nº

Objeto: _____

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____

ANEXO I - C

DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES E APARELHAMENTO TÉCNICO

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Pregão nº

Processo Administrativo nº

Objeto: _____

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como indica o pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme abaixo:

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Luiz Silva, Subsecretário(a)**, em 04/03/2026, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4026373** e o código CRC **BC85911F**.



ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO: A aquisição de um veículo leve destinado ao emprego em operações de controle de distúrbios civis

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

Não se aplicam as disposições do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.329.666,67 (Um milhão, trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

Dotação orçamentária: 1999 - 2010.0612200321.023.01.1100000.449052.0000
2056 - 2091.0612200321.023.01.1000235.449052.0474

JULGAMENTO: O critério adotado será o de **MENOR PREÇO**

A licitação será realizada em **ITEM ÚNICO**.

CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO/ SERVIÇO

No caso da licitação estar autuada em um processo eletrônico, para assinatura do instrumento contratual, a empresa deverá providenciar, **preferencialmente após a homologação**, cadastro junto ao SEI através dos links https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/acesso-ao-sei> na opção SEI – USUÁRIO EXTERNO.

PRAZO DE ENTREGA: até **240 (duzentos e quarenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

LOCAL DE ENTREGA: SGMSAI06 – Departamento de Gestão de Transportes Internos, localizado a Rua Eng. Albert Leimer, 635 – Jd. São Geraldo – CEP 07140-020 - Guarulhos – SP.

CONDIÇÕES GERAIS

1. Antes do recebimento definitivo, será exigida demonstração:

1.1. Do sistema de lançamento de água, oportunidade em que serão testados os sistemas de jato de água e de mangueira;

1.2. Do sistema de câmeras, DVR e monitor, comprovando o funcionamento das quatro câmeras, a gravação e reprodução das imagens em qualidade mínima Full HD, a atuação do infravermelho em ambiente de baixa luminosidade e a resistência dos invólucros antivandalismo.

1.4. A entrega deverá ser acompanhada dos manuais, certificado de garantia, nota fiscal e documentação para emplacamento.

1.5. Por ocasião da apresentação para a vistoria do equipamento pela Guarda Civil Municipal, compromete-se a CONTRATADA a enviar um representante devidamente credenciado para que este possa assinar o TERMO DE VISTORIA E ACEITAÇÃO DO VEÍCULO, declarando assim que o veículo foi aprovado pela Prefeitura, estando em perfeitas condições de uso, funcionamento e início dos serviços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

1. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, podendo o prazo ser prorrogado, apresente:

1.1. Proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

1.1.1. A proposta deverá conter Marca/ Fabricante.

1.1.2. A proposta deverá conter preços unitários e preços totais dos itens (preço unitário x quantidade), correspondente ao lance vencedor, conforme o caso, expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais (para valores acima de R\$ 1,00), sendo desprezadas as demais.

1.2. Documentos complementares, elencados abaixo os quais serão avaliados e aprovados pela equipe técnica solicitante. Cabe informar que o pregoeiro(a) não possui conhecimentos técnicos específicos para análise desses documentos e por isso serão analisados pela equipe técnica da unidade a qual emitirá parecer conclusivo a ser encaminhado para o pregoeiro:

1.2.1. Catálogo, ficha técnica e/ou rótulo contendo todas as especificações técnicas do produto.

OUTRAS EXIGÊNCIAS

1. Juntamente com os documentos de habilitação, deverá(ão) ser apresentado(s) os seguintes documentos:

1.1. Declaração formal conforme modelo ANEXO I – A.



ANEXO II – A

| ITEM | DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S)/EXIGÊNCIAS | UNID. | QUANT. | VALOR ESTIMADO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|------|--|---------|--------|--------------------------|--------------------|
| 01 | Veículo Leve Destinado ao Emprego em Operações de Controle de Distúrbios Cíveis CATMAT: 622861 | Veículo | 1 | 1.329.666,67 | 1.329.666,67 |



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA



SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE SEGURANÇA URBANA
Divisão Administrativa de Gestão Orçamentária, Contratos e Convênios
Seção Administrativa de Gestão Documental e Orçamentos

TERMO DE REFERÊNCIA_CONTRATAÇÃO**1. Fundamento**

Estudo Técnico Preliminar (ETP)026/2025-SSU juntado ao presente processo SEI nº 1125.2025/0005422-5

Constituição Federal

Leis Federais 13.022/2014 e 14.133/2021.

Leis Municipais 4213/92; 4459/93 e 7657/2018.

Decreto(s) Municipal (is) 33.857/2016; 35138/2018 e 35781/2019.

Portaria nº 001/2024-SF

2. Objeto:

O escopo do presente Termo de Referência à aquisição de 1 (um) veículo leve equipamento para emprego em operações de controle de distúrbios civis, para uso da Guarda Civil Municipal de Guarulhos, conforme especificações, descrições e informações técnicas contidas neste Termo de Referência.

3. Justificativa da necessidade da contratação

3.1. A aquisição de um veículo leve destinado ao emprego em operações de controle de distúrbios civis, representará um ganho qualitativo à Guarda Civil Municipal de Guarulhos, permitindo que a organização possa desempenhar operações envolvendo controle de distúrbios civis, em especial na prevenção e dispersão de pessoas em bailes irregulares em via pública e no apoio à outras forças de segurança em operações de dispersão de manifestações declaradas ilegais na região próxima ao Aeroporto de Guarulhos, nas rodovias estaduais e federais que cortam o município, nas cercanias de prédios públicos municipais e em ações de reintegração de posse.

3.2. Equipado com jato de pressão de água, proporcionará condições para dispersão de pessoas de forma segura, mitigando os riscos de uso de força física e contribuindo para preservar a integridade física das pessoas e dos próprios agentes públicos.

3.3. A opção por um veículo leve, sem o peso adicional de blindagem, visa priorizar a manobrabilidade do veículo, o seu deslocamento na área urbana de Guarulhos, que é marcada por vias estreitas e irregulares, bem como reduzir o custo de aquisição e de manutenção do equipamento.

4. Quantidade:

| Item | Unid. | Quant. | Descrição | CATMAT/CATSERV |
|------|---------|--------|--|----------------|
| 1 | VEÍCULO | 01 | aquisição de veículo adaptado como viatura para controle de distúrbios civis | CATMAT 622861 |
| | | | | |

Havendo divergências entre o Descritivo que integra este Processo SEI de compras e as informações constantes dos respectivos catálogos de materiais e serviços, prevalecerão as informações constantes do Descritivo.

5. Especificação do objeto

A descrição detalhada com as especificações técnicas do equipamento a ser adquirido está integralizada no documento nominado DESCRITIVO, que compõe este Processo SEI.

6. Projeto Básico das Obras e Serviços de Engenharia:

() Sim, conforme ANEXO.

(X) Não se aplica

7. Regimes de Prestação de Serviços de Obras e Engenharia

- ☐ Empreitada por preço global
- ☐ Empreitada por preço unitário
- ☐ Tarefa
- ☐ Empreitada integral
- ☐ Contratação integrada
- ☐ Contratação semi-integrada
- ☐ Fornecimento e prestação de serviço associado
- ☒ Não se aplica

8. Classificação do objeto:

☐ **bens e serviços comuns:** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

☒ **bens e serviços especiais:**

A aquisição do **Veículo Leve Destinado ao Emprego em Operações de Controle de Distúrbios Cíveis** não é considerada um "bem comum" no sentido de ser de uso cotidiano ou de fácil obtenção. Trata-se de um item altamente especializado e de alto custo, destinado a forças de segurança pública, cuja justificativa técnica e especificações integram este Processo SEI.

☐ **serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

☐ **serviço especial de engenharia:** aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum.

☐ **serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas

☐ **serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**

☐ **serviços não contínuos ou contratados por escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

☐ **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**

☐ **notória especialização:** qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

☐ **outros (especificar)**

9. Participação de Consórcios e/ou Cooperativas:

☒ Permitida

☐ Vedada. Justificar:

10. Identificação do responsável pela elaboração do TR (nome, CF, cargo)

Marcus Muriel Batista

Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro

marcusbatista@guarulhos.sp.gov.br

Código Funcional 83233

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro da Silva Carvalho de Jesus, Chefe de Seção Administrativa**, em 10/12/2025, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Oliveira Paim, Chefe de Seção Técnica**, em 10/12/2025, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Mauricio Lima da Silva, Chefe de Divisão Administrativa**, em 16/12/2025, às 10:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3059880** e o código CRC **9F9AFD10**.



SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE SEGURANÇA URBANA
Divisão Administrativa de Gestão Orçamentária, Contratos e Convênios
Seção Administrativa de Gestão Documental e Orçamentos

TERMO DE REFERÊNCIA_CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

1.Certificar se objeto a ser contratado é bem de consumo, e não se enquadra como bem de luxo:

(xx) O equipamento a ser adquirido configura um bem com características especiais como veículo leve de controle de distúrbios, não superior à necessidade para cumprir as finalidades às quais se destinam e não se enquadra como bem de luxo conforme Decreto Municipal 40915/24.

() Os itens se enquadram como bem de luxo conforme Decreto Municipal 40915/24.

() Não se aplica, pois não se trata de bem de consumo.

2.Local e condições de entrega ou execução:

2.1 O veículo será recebido mediante inspeção técnica para verificação da conformidade com as especificações descritas nos documentos que integram este processo SEI.

3. Prazo e condições de garantia:

3.1 A CONTRATADA ficará obrigada a entregar o objeto com garantia mínima de 12 (doze) meses, de todos os itens, a contar da data de entrega e recebimento definitivo

4. Reajustamento:

(xx) Conforme Decreto Municipal 23124/05

() Outro, especificar:

5. Prazo para substituição de produto ou refazimento de serviços (quando constatada irregularidade):

5.1. Garantia mínima de 12 meses a partir do recebimento.

5.2. O fornecedor deverá garantir assistência técnica autorizada no território nacional.

5.3. O veículo não pode possuir nenhum tipo de blindagem, sob pena de desclassificação.

6. Obrigações das parte:

6.1. Obrigações da contratada:

6.1.1. Atender a todas as solicitações de contratação efetuada durante a vigência do contrato;

6.1.2. Fornecer o objeto adquirido, de acordo com as especificações constantes no edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela

legislação em vigor;

6.1.3. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

6.1.4. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata

substituição dos mesmos;

6.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

6.1.6. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela administração, sem qualquer ônus adicional;

6.1.7. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;

6.1.8. Manter, durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

9.1.9. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

6.1.10. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

6.1.11. A contratada deverá garantir o perfeito funcionamento do veículo e de toda a parte dos equipamentos, provendo seus reparos ou manutenções, sem interrupção do funcionamento

normal dos trabalhos por parte da Guarda Civil Municipal.

6.2. Da contratante:

6.2.1. Comunicar a contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

6.2.2. Efetuar o pagamento da contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no contrato;

6.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

6.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela contratada fora das especificações do contrato;

6.2.5. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação

exigidas na licitação;

6.2.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

6.2.7. Prestar à contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

6.2.8. Demais condições constantes do edital de licitação.

7. Modelo de gestão e execução contratual (inciso XVIII, art. 92 da Lei 14.133/21):

1. O escopo do presente Termo de Referência envolve à aquisição de 1 (um) veículo leve equipamento para emprego em operações de controle de distúrbios civis, para uso da Guarda Civil Municipal de Guarulhos, conforme especificações, descrições e informações técnicas contidas neste Termo de Referência.

2. Por se tratar de aquisição de um veículo adaptado para o emprego operacional da Guarda Civil Municipal, uma vez realizada a entrega, o veículo será submetido a inspeção pelo Fiscal do Contrato e por pessoal técnico do Departamento de Transporte Interno, atividade que será supervisionada pelo Gestor do Contrato.

3. Uma vez o veículo atendendo a todas as especificações previstas em contrato e no Termo de Referência, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, e serão adotadas duas medidas, a primeira envolve os atestes necessários em Nota Fiscal para a liquidação e pagamento do Contratado, e paralelamente será realizado a inclusão do veículo no Patrimônio Municipal, por meio do ser tombamento.

4. Na sequência, o DTI realiza o controle dos documentos do veículo e a liberações necessárias para o abastecimento do veículo e este é disponibilizado para emprego operacional.

5. O veículo adquirido será formalmente entregue à população pelo Prefeito Municipal, em solenidade a ser agendada, e uma vez formalizada a entrega, será destinado à Inspetoria de Rondas Municipais (ROMU), onde o equipamento será cuidado e manuntenido pela Chefia da referida Inspetoria, com o apoio da Seção Técnica de Frota da Guarda Civil Municipal.

6. Paralelamente, o Comandante da Escola de Formação de Guardas Civis deverá planejar e ministrar treinamento específico para condutores e operadores do veículo leve de controle de distúrbios civis, de forma a capacitar o pessoal à manejar e manobrar o veículo e os equipamentos que ele carrega.

7. O emprego operacional do veículo leve de controle de distirbos civis será disciplinado internamente pela Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, de forma a limitar o seu emO objeto desta ação, suas peculiaridades, sua natureza e especificação técnica estão detalhadamente descritos neste documento e o serão no Termo de Referência.

DESCRIPTIVO – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

Objeto: Veículo Leve Destinado ao Emprego em Operações de Controle de Distúrbios Cíveis

1. – Caminhão Semipesado 4x2.

- 1.1. - Veículo zero quilômetro, de fabricação nacional.
- 1.2. - Ano/modelo igual ou superior ao da emissão do edital
- 1.3. Cabine estendida
- 1.4. Capacidade mínima para 3 passageiros incluindo o condutor.
- 1.5. Ar condicionado original de fábrica.
- 1.6. Acionamento elétrico dos vidros e retrovisores;
- 1.7. Possuir retrovisores duplos, com sistema de espelho plano/convexo;
- 1.8. Deverá ser fornecido na fileira dianteira da cabine três bancos independentes, e destinados ao motorista, operador dos canhões e comandante, dotados de cintos de segurança retráteis de três pontos com ajustes de regulagem de altura e distância, que proporcione espaço entre os bancos a fim de fixar o painel de comandos da bomba dos lançadores de água e iluminação;
- 1.9. No interior da cabine, sobre todo o revestimento do piso existente, deverá ser instalado forração com material resistente, de vinil automotivo, não absorvente e lavável, na cor preta. O revestimento deverá possuir fixação ideal (através de velcro e/ou botão de pressão, que não prejudique a operação e que permita a retirada do revestimento para limpeza, se necessário);
- 1.10. Todos os bancos deverão ser originais de fábrica, ou no caso dos bancos do operador e do comandante sejam anatômicos e confortáveis com certificação pelo INMETRO, e disporem dos itens básicos de segurança conforme normas de trânsito.
- 1.11. Os bancos deverão ser fornecidos com Revestimento em tecido lavável de cor escura, sendo que a cor do revestimento do banco poderá ser definida durante a primeira visita técnica;
- 1.12. Possuir banco individual, com ajuste de altura e com sistema pneumático ou elétrico para o motorista também ajuste do curso de no mínimo 76 mm de frente para trás;
- 1.13. O vão livre sobre o topo do assento deve ser no mínimo 940 mm, medido do assento até ao teto com assento comprimido de 25 mm. Cada espaçamento dos assentos deve ter um mínimo de 560 mm no nível do ombro. Os assentos estofados devem ter um mínimo de 458 mm de largura e 381 mm da frente do estofado até a face do encosto vertical. O encosto deve ser estofado.
- 1.14. Deve ser instalado um aviso que indique “Os ocupantes devem estar sentados e com os cintos de segurança afivelados quando o veículo estiver em movimento”.

-
- 1.15. Deverá ser fornecido com aparelho de mídia (rádio automotivo) com entrada USB e Bluetooth, e com sistema de alto falantes (dois);
- 1.16. Ar condicionado original de fábrica;
- 1.17. Motor turbodiesel.
- 1.17.1. Potência mínima 290 cv.
- 1.17.2. Limite de torque igual ou superior a 1.050 N.m.
- 1.18. Direção hidráulica
- 1.19. Tração 4x2.
- 1.20. PBT igual superior a 16.000 kg.
- 1.21. Adequado à norma de emissão PROCONVE P-8 (EURO 6).
- 1.22. Transmissão automática, preferencialmente ou automatizada.
- 1.22.1. **Nota:** O sistema de transmissão deverá ser compatível com o subsistema de tomadas de força de eixo dividido (split-shaft Power Take-Off - PTO), ou similar, a fim de permitir a funcionalidade de utilização do sistema de bombeamento de água do lançador principal e dos secundários simultaneamente a propulsão de deslocamento do veículo.
- 1.22.2. Em sistema de transmissão automática deve ser instalado um sistema de bloqueio que assegure o engate adequado da bomba, de forma a permitir uma operação segura, a partir do painel de comando. **Nota:** Após engate da bomba o sistema deve permitir a funcionalidade da bomba e do deslocamento do veículo.
- 1.23. Suspensão:
- 1.23.1. Dianteira Molas semielípticas de duplo estágio, amortecedores hidráulicos telescópicos de dupla ação e barra estabilizadora - Traseira Eixo rígido motriz, molas principais semielípticas de ação progressiva, molas auxiliares parabólicas, amortecedores hidráulicos telescópicos de dupla ação e barra estabilizadora, ou similar.
- 1.24. Freios:
- 1.24.1. Freio de Serviço Ar, disco ou tambor nas rodas dianteiras e tambor nas rodas traseiras com ABS + EBD + ATC + HSA + ESC (controle de estabilidade eletrônica), ou equivalente.
- 1.24.2. Freio de Estacionamento Sistema Pneumático com molas acumuladoras.
- 1.24.3. Freio motor de cabeçote, ou equivalente.
- 1.25. Capacidade mínima do tanque de combustível de 200 litros.
- 1.26. Dimensões:
- 1.26.1. Balanço dianteiro mínimo 1.200 mm.
- 1.26.2. Balanço traseiro mínimo 1.255 mm
- 1.26.3. Comprimento mínimo total 8.115 mm.

Nota: Se necessário, a fim de atender o projeto construtivo e estrutural, poderá haver o prolongamento do chassi dentro do limite em que a legislação de trânsito permitir.

1.26.4. Ângulo de entrada igual ou maior que 18°

1.26.5. Ângulo de saída igual ou maior que 15°

1.26.6. Altura - Cabine Estendida igual ou maior que 2.624mm

1.26.7. Distância mínima entre eixo dianteiro e carroceria - Cabine Estendida igual ou maior que 680 mm.

1.26.8. Bitola dianteira igual ou maior que 1.965 mm.

1.26.9. Bitola traseira igual ou maior que 1.830 mm.

2. Sistema de lançamento de água

2.1. Canhão lançador de água instalado na parte superior do veículo, entre a cabine e o tanque de água.

2.2. Capacidade de lançamento entre 10 e 50 metros de distância.

2.3. Canhão tipo incêndio com movimentação horizontal de 360° e vertical de -15° a +50°, controlado remotamente a partir da cabine do veículo, com adaptador de 2 ½" para esguicho regulável de neblina a jato sólido instalado na parte superior do tanque, com câmera acoplada para direcionamento do jato, controle remoto e Joystick dentro da cabine para manipular canhão de dentro da cabine e controle remoto.

2.4. Possuir tanque d'água com capacidade útil de 5.000 Litros, com formato elíptico com tampos cônicos para neutralizar os impactos causados no balanço da carga líquida, construído em chapa de aço inox 304L, ou superior, espessura 4,00 mm, com chassi e berços totalmente construídos em chapas de aço-carbono e com quebra ondas interno soldado com espaçamento máximo de 1.220 mm, conforme Norma ABNT NBR 14096, item 7.2.4, com aberturas inferior, superior e nas laterais, para o perfeito escoamento da carga líquida e 1 (uma) entrada para abastecimento por hidrante com terminal Storz, do lado esquerdo ou direito.

2.4.1. Deve conter uma placa instalada permanentemente com indicativa de capacidade do tanque;

2.4.2. Deve haver um indicador de nível de tanque localizado no painel de operação da bomba. Esse indicador deverá possuir escala de graduação que determine a quantidade de água remanescente.

2.4.3. O tanque deve ser construído e instalados independentes da carroceria e dos compartimentos, devendo ser equipados com dispositivo apropriados para içamento para fora da carroceria;

2.4.4. Devem ser previstas, na parte baixa do tanque, uma ou mais caixas coletoras de resíduos, construídas de forma a não permitir a passagem de resíduos para a entrada da bomba. As dimensões mínimas dessas caixas devem ser de 200 mm x 200 mm e estas devem

ser equipadas com uma válvula de fecho rápido com pelo menos 50,8 mm de diâmetro. Quando a conexão tanque/bomba for a partir desta caixa, a tomada de água deve estar localizada pelo menos a 100 mm do fundo da caixa.

2.4.5. Seguir as especificações da Norma ABNT NBR 14096, itens 7.3.2 e 7.3.3, tendo na saída conexões do tipo *storz*.

2.4.6. Deve conter respirador/válvula de regulação de pressão e vácuo, cobertura externa lisa, abertura para inspeção, drenagem através de válvula de 2" no ponto mais baixo do tanque, enchimento através de conector de alimentação - 2 1/2" com acoplamento, controle de alimentação de água para os sistemas de jato de água e auto proteção, indicador elétrico de nível e controle preciso do nível de água no tanque de água no painel de controle, tubo de transbordamento de 4" para transbordamento por trás do eixo traseiro.

Nota: *Todo o sistema de tubulação, bombeamento, sucção, recalque, conexões, de entrada, ligação tanque-bomba, expedições da bomba, controles, etc, deverão seguir rigorosamente aos requisitos e parâmetros da Norma ABNT NBR 14096.*

2.4.7. O sistema de captação de água deverá ser composto de bomba centrífuga de serviço pesado de incêndio com sistema de alimentação autônomo, localizada sobre o chassi, entre a cabina e o tanque de água (meio da nave – *midle ship*).

2.4.8. Bocal de inspeção de 450 a 500 mm com acesso antiderrapante e guarda corpo.

2.5. Sistema de pressurização próprio composto por bomba de alta pressão, com capacidade mínima de 10 bar (145 psi), vazão mínima de 1.200 litros por minuto, possibilitando o lançamento de jato de água a pelo menos de 10 a 60 metros de distância, por meio de canhão monitor móvel instalado na parte superior do veículo. Bomba de água do tipo centrífuga, com capacidade de 2850 lpm (750 gpm). A bomba atende o desempenho solicitado na NBR 14096 e NFPA 1901.

Nota: *Deverá possuir um Sistema Automático de redução da pressão para utilização a curtas distancias, reduzindo a pressão automaticamente em 50% de seu valor máximo quando o alvo estiver a 25 metros; a fim de eliminar o risco de letalidade de jatos a curtas distância.*

2.5.1. O sistema de escova e sucção da bomba e as dimensões de mangotes deverão atender aos requisitos mínimos da norma ABNT NBR 14.096:1998.

2.5.2. Todo o sistema de escoamento e de tubulação de admissão válvulas, registros de escoamento e tubos, fechamento de entrada e saída, excluído o tanque de abastecimento, devem ser dimensionados para uma pressão de 3450 kPa (500 psi).

2.5.3. As conexões de entrada e de saída, válvulas de admissão, sistema de alívio de pressão na admissão, ligação tanque bomba, dreno, painel de comando, controles da bomba e comandos do motor, deve ser requisitos tabelados e especificados na norma ABNT NBR 14.096:98.

3. - Capacidade de lançamento de água com o veículo em movimento. **Nota:** *O sistema de transmissão deverá ser compatível com o subsistema de tomadas de força de eixo dividido (split-shaft Power Take-Off - PTO), ou similar, a fim de permitir a funcionalidade de utilização do sistema*

de bombeamento de água do lançador principal e dos secundários simultaneamente a propulsão de deslocamento do veículo.

4. O painel de controle do tanque de água deve compor conjunto destacado do painel do veículo, com proximidade à tela do operador, possibilitando o seu acionamento em conformidade com as imagens captadas, de maneira ergonômica e funcional e possuir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- 4.1. Controle preciso do nível de água no tanque de água;
- 4.2. Posicionamento preciso em tempo real do canhão de água para liberar o operador de contato direto de visão com o canhão, de forma a reproduzir a direção do jato do canhão na tela do operador, funcionando como um sistema indireto de mira. O Sistema de Controle deve possibilitar que o Operador mantenha o canhão no alvo sem deixar de olhar diretamente para o alvo (direcionamento do jato de forma direta).
- 4.3. Interruptores para a operação da bomba e do motor da bomba;
- 4.4. Controles da localização do canhão e do disparo, sendo que este deverá contar com pelo menos três modos de disparo: pulso curto, que compreende cerca de 9 a 11 litros de volume por segundo; pulso longo entre o fim do pulso curto e o início do próximo pulso de 2,5 a 3,5 segundos, com 16 a 20 litros de volume por segundo e fluxo contínuo;
- 4.5. Controle de alcance do jato de água, o qual não poderá ser inferior a 10 metros e superior a 60 metros, medidos horizontalmente a partir do ponto exterior da frente do caminhão;
- 4.6. Botão giratório para operar os movimentos horizontais do canhão;
- 4.7. Controle de elevação do canhão, dotado de alavanca com gatilho para disparo da água;
- 4.8. Medidor de pressão;
- 4.9. Controle operacional para o mecanismo hidráulico de desobstrução de vias;
- 4.10. Controle e operação de CFTV e vídeo;

Nota: *Poderão surgir ajustes e adequações durante o processo de fabricação, no entanto, somente serão admitidos sob aprovação técnica e autorização dos responsáveis contratuais e seus prepostos.*

- 4.11. Mecanismo hidráulico de desobstrução de vias ("Bulldozer");
- 4.12. Mecanismo removível e articulado hidráulico instalado à frente para-choque dianteiro, construído em aço ao carbono com formato em "V", ângulo entre partes de 150º não superior à 160º, tipo cunha horizontal cobrindo toda a largura da frente do caminhão (pontas arredondadas), dotado de, no mínimo, 02 (dois) pontos de apoio, com nervuras verticais perpendiculares na parte interna como reforço com chapa de 5 mm de espessura mínima, altura não inferior a 500 mm, capacidade de empurrar objetos não inferiores a 2 toneladas, instalação ancorada diretamente ao chassi, à frente do para-choque, com funcionamento eletro-hidráulico, movimento vertical por meio de articulação elevatória hidráulica para a finalidade do dispositivo e do deslocamento do veículo sem obstrução dos faróis e comandado pelo painel de controle secundário na cabine do motorista, deverá permitir regulagem da

altura e possuir mecanismo de acionamento emergencial, em caso de falhas do sistema eletro-hidráulico.

Nota: O Sistema hidráulico do Mecanismo de desobstrução de vias deverá conter dispositivos de proteção de redundância quantos necessários com blocos hidráulicos de segurança ou equivalentes, e devem possuir redundância de válvulas, monitoramento de posição e válvulas de retenção e de alívio, atendendo integralmente aos requisitos da NR12.

5. A cabine deverá conter grades de proteção com malha metálica removível em aço galvanizado com espessura mínima de 4 mm, a ser instalada nos para-brisas, janelas e faróis e lanternas pintadas na cor preta em conformidade com o grafismo, com fendas de aproximadamente 30 mm x 30 mm ou equivalente e malha metálica removível e escamoteável por pistões hidráulicos no para-brisas dianteiro, com tramas que não limitem a visibilidade do condutor e garantam proteção.

6. Chapas de proteção sobre as rodas traseiras e nas escadas laterais de acesso a cabine.

Nota1: As chapas sobre as rodas, pintadas de acordo ao grafismo, devem ser fixadas com parafusos e dobradiças na carenagem de forma que possam ser articuladas quando for necessário o acesso a calibração dos pneus ou reparação do eixo, rodas e pneus.

Nota2: As chapas sobre as escadas de acessos, pintadas de acordo ao grafismo, devem ser fixadas de tal forma ao abrir as portas não obstruam o acesso.

7. - Instalação de baú de proteção do tanque de água, construído em estrutura tubular e com tratamento anticorrosivo com dimensões necessárias para proteção integral do tanque de água e revestimento em chapa metálica com no mínimo 1,50mm em toda extensão do tanque, teto laterais traseira e parte frontal, com escada lateral esquerda embutida com porta.

7.1. Carroceria, sem blindagem, fixada sobre o chassi, construída em aço tratado contra corrosão, sem partes salientes ou alavancas que possibilitem o acesso à parte superior do veículo, com todos os fechos dos compartimentos e montagem embutidos;

7.2. Deverá possuir a mesma largura e altura da cabine, sobressaindo apenas o canhão lançador e guarda corpo envolto ao bocal de inspeção/enchimento;

7.3. Devem ser instalados armários com trancas para ferramentas, tubos e acessórios adicionais;

7.4. - Suportes para fixar mangote de sucção e válvula fundo de poço, instalados nas laterais e traseiras do tanque, respectivamente.

7.5. - Cobertura do conjunto de recalque (chapéu protetor da bomba) e visor de nível (mangueira transparente).

7.6. - Suporte para extintor de incêndio de 12 Kg. (com o extintor).

7.7. - Adequação e reinstalação do suporte de estepe (já existente), original do veículo.

7.8. Lanternas laterais conforme normas de trânsito, interruptores, caixa suporte de fusível iluminação de teto para o chapéu e acessórios de sinalização que serão aplicados no seu veículo.

7.9. - Compartimento de guarda de materiais entre a cabine e o tanque, construído com as mesmas técnicas e materiais do baú de proteção do tanque de água, com duas portas laterais, piso em alumínio xadrez, isolamento termoacústico e revestimento interno.

7.10. - 02 (dois) Para-barros traseiros, em borracha sintética e 02 (dois) Para-lamas traseiros.

8. Sistema auxiliar de proteção de água por mangueira

8.1. - O veículo deverá dispor, além do canhão superior, de 1 (um) sistema de mangueira de alta pressão, para uso manual, permitindo a proteção de água de forma direcionada.

8.2. - A mangueira deverá possuir comprimento mínimo de 25 metros, ser construída em material resistente a abrasão, com engates rápidos e fácil enrolamento e desenrolamento.

8.3. - O bico de esguicho deverá ser regulável, permitindo variação do jato (reto, leque ou neblina).

8.4. - O acionamento do sistema de mangueira deverá ser possível sem a necessidade de desligamento do canhão principal, podendo ambos funcionar simultaneamente.

8.5. - A pressão de trabalho da mangueira deverá ser compatível com a bomba do sistema, permitindo alcance mínimo de 15 metros a partir do bico.

8.6. - O compartimento para armazenamento da mangueira deve garantir fácil acesso e rápida operação.

8.7. Deve ser fornecido um carretel junto com a tubulação e conexões necessárias. O carretel da mangueira (mangotinho) deve ter capacidade de acondicionar até 30 metros de mangueira de 25 mm de diâmetro interno e com sistema de rebobinamento manual ou motorizado.

8.8. A tubulação entre a bomba e o carretel deve ter um diâmetro mínimo de 38 mm e deve estar equipada com válvula de fechamento rápido, controlável no painel da bomba.

8.9. Devem ser fornecidos pelo menos 25 metros de mangueira (mangotinho) com diâmetro interno de 25 mm e esguicho com jato regulável, para pressão de 690 kPa (100 psi). A mangueira (mangotinho) deve atender aos requisitos da norma ANSI/UL 92.

9. Cabine estendida e segurança dos ocupantes.

9.1. - Cabine estendida para guarnição para até 3 (três) ocupantes em assentos individuais com cinto de segurança.

10. - Grades metálicas de proteção no para-brisa, nas janelas laterais e nas lanternas e faróis, com acabamento em pintura epóxi na cor preta;

11. - Ausência de qualquer tipo de blindagem na cabine ou carroceria.

12. Equipamentos de proteção externa

12.1.- Para-choques dianteiro e traseiro reforçados, tipo impulsão, adequados para dispersão de obstáculos leves.

12.2.- Estrutura resistente ao uso policial e a ambientes urbanos críticos.

Nota: Os requisitos: Itens 14 ao 17 ao, por se tratar de adaptações específicas e aplicação em veículos de operação policial serão conferidos no recebimento por técnicos habilitados e ou qualificados da secretaria de segurança com acompanhamento técnico de engenheiro mecânico do DGTI, caso necessário. Esses veículos com as respectivas adaptações deverão ter apresentação por parte do fornecedor todas as certificações fundamentadas em normas vigentes do DETRAN, INMETRO, ABNT, ISO, etc, que comprovem a veracidade dos fornecimentos de materiais e componentes aplicados atendendo ao mínimo exigido.

13. Sistema de monitoramento por câmeras e gravação digital.

13.1. - O veículo deverá ser equipado com sistema de monitoramento composto por 5 câmeras posicionadas externamente para cobrir as vistas frontal, traseira e laterais direita e esquerda do veículo e uma acoplada ao canhão lançador de água.

13.2. As câmeras deverão possuir resolução mínima de 2 megapixels (Full HD) e ser do tipo colorida durante o dia e com iluminação infravermelha para captação noturna (IR).

13.3. Todas as câmeras deverão ser dotadas de proteção antivandalismo, com grau de proteção mínima IP66 e carcaça reforçada para impedir danos intencionais ou ocasionais.

13.4. O conjunto deverá conter gravador digital de vídeo (DVR), com capacidade de armazenar as imagens gravadas de todas as câmeras por período mínimo de 30 dias, em disco rígido com capacidade apropriada.

13.5. O DVR deverá possuir acesso protegido por senha e facilidade de extração das imagens, via conexão USB ou porta de rede.

13.6. As imagens geradas deverão poder ser acompanhadas por meio de monitor colorido, de LCD ou LED, com tamanho mínimo de 7 polegadas, instalado em local visível no painel da cabine, permitindo a visualização em tempo real de todas as câmeras, de forma individual ou simultânea, conforme necessidade operacional.

13.7. - O sistema deverá estar alimentado por circuito auxiliar, com proteção contra variações de tensão e picos elétricos.

13.8. - O sistema completo deverá ser entregue instalado, configurado e totalmente funcional, com garantia mínima de 12 meses.

14. Sistemas de sinalização sonoro e luminoso

14.1. - Do sistema sonoro.

14.1.1. - Sirene eletrônica, composta de 01 (um) amplificador de 100 watts RMS de potência e unidade sonofletora única, com 4 tons, Wail, Yelp, Hipper-Yelp e HiLow, que deverá ser instalada na câmara do motor, gerando pressão sonora não inferior a 120 dB a 01 (um) metro de distância.

14.1.2. - Módulo de Controle que deverá ser instalado no painel do veículo, com a finalidade de controlar todo o sistema de sinalização de emergência (acústico e visual), e de forma a ser operado com facilidade pelo motorista e demais ocupantes.

14.1.3. - O conjunto deverá ser controlado por controle central único dotado de microprocessador ou microcontrolador.

14.2. - Do sistema luminoso.

14.2.1. - Sinalizador visual constituído por barra sinalizadora em formato Elíptico, instalada no teto da cabine do veículo, através de garras confeccionadas em nylon com fibra preta ou alumínio anodizado em preto ou aço com tratamento em KTL e pintura a pó preta, devendo ter comprimento máximo igual à largura do teto e no mínimo 90% do tamanho total do teto.

14.2.2. - Deverá possuir cúpula e base plástica injetada em Policarbonato, resistente a impactos, descoloração, amarelamento e com proteção UV integrada à matéria prima, sendo proibido vernizes para esta proteção.

14.2.3. - A cúpula e base plásticas deverão ser em peça injetada, demonstrando sinais visíveis de injeção.

14.2.4. - O sinalizador deverá ser composto por no mínimo 90 LEDs de alta potência, LEDs com no mínimo 2 watts, dispostos em módulos refletores, tipo concha de alto brilho, com no mínimo 6 LEDs cada, e distribuídos equitativamente à barra de forma a permitir total visualização em um ângulo de 360º, sem que haja pontos cegos de luminosidade.

14.2.5. - Os módulos laterais são compostos por pelo menos 04 refletores menores cada lado, cada qual possuindo no mínimo 03 LEDs de alta potência, dispostos de maneira a iluminar um ângulo de 180º, verificado também, a possibilidade do veículo.

14.2.6. - Os módulos centrais são compostos por 04 refletores maiores, cada um com 6 LEDs de alta potência, sendo 2 frontais e 2 traseiros;

14.2.7. - Os LEDs serão, nas cores vermelho e azul, para iluminação de emergência e branco, para as luzes de beco laterais e de iluminação frontal – luz de abordagem. Alimentados nominalmente com 12Vcc.

14.2.8. - O LED de cor predominante vermelha, terá comprimento de onda de 610 a 640 nm e intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 100 Lumens típico.

14.2.9. - O LED de cor predominante azul terá comprimento de onda de 460 a 490 nm e intensidade luminosa de cada LED de no mínimo de 50 Lumens típico.

14.2.10. - O LED de cor predominante branca deverá dispor de temperatura de cor de 6500ºK típico, cada qual, com intensidade luminosa no mínimo de 180 Lumens típico

14.2.11. - Dois dos refletores citados acima, localizados em cada um dos módulos laterais do sinalizador, deverão ter seus LEDs na cor branca, visando sua utilização para iluminação lateral de forma abrangente, com acionamento (interruptores) específicos

localizados no módulo de controle.

14.2.12. - Outros dois refletores, localizados na parte frontal central do sinalizador deverão ter seus LEDs também na cor branca, com vistas a ser utilizada de forma frontal (luz de abordagem), com acionamentos também específicos (interruptores) localizados nos módulos de controle, nos moldes e especificações já apontadas.

14.2.13. - O conjunto sinalizador visual deverá ser controlado por controle central único, destacável, dotado de microprocessador ou microcontrolador que permita a geração de lampejos luminosos de (ciclo de 25 ms a 2 seg), cujo circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos leds, garantindo a eficiência e intensidade luminosa e a vida útil do referido conjunto.

14.2.14. - As Luzes de Intersecção dianteira devem ser instaladas na grade frontal em um total de 12 LEDs do lado direito e 12 LEDs do lado esquerdo. Os LEDs poderão ser dispostos através de 04 (quatro) mini sinalizadores com 03 LEDs no mínimo em cada conjunto e ter no mínimo 2Watts cada, ou outra disposição, desde que atendam a quantidade de 24 LEDs no total e deverão ser de alta potência, selados, em formato linear instalados na grade frontal, sendo metade deles na cor vermelho no lado do motorista e a outra metade na cor Azul no lado do passageiro, com seu espectro de projeção totalmente à frente.

14.2.15. - As Luzes de Intersecção traseira serão compostas por 02 (dois) mini sinalizadores com 3 LED's de no mínimo 2Watts cada, alta potência, selados, em formato linear ou circular instalados na tampa do porta malas, na cor branca (temperatura de cor de 5000 a 6500°K típico) e devem piscar em efeito estroboscópico.

14.2.16. - Estes minis sinalizadores (luzes de intersecção dianteira e traseira) devem ser totalmente à prova d'água e imersões, cumprindo com IP67 e de acordo com NBR IEC 60529 de 04/2017 emitido por laboratório acreditado do INMETRO.

14.2.17. - O módulo de controle do sistema luminoso deve possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, ligado ou desligado, em deslocamento e em situação de emergência, os quais deverão ser acionados separados ou simultaneamente.

14.2.18. - O sistema de iluminação não poderá gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pela Guarda Civil Municipal.

14.2.19. - Todos os equipamentos de sinalização luminosa devem receber vedação adequada que o proteja contra umidade e outras intempéries.

14.2.20. - O sistema deverá ainda dispor de 01 (um) sensor de baixa voltagem, para impedir o funcionamento do sinalizador quando a bateria estiver com capacidade mínima, com todo o sistema luminoso acionado não poderá exceder 10 A/h.

14.2.21. - O sistema deverá possuir proteção contra inversão de polaridade e altas variações de tensão.

14.2.22. - Os equipamentos eletroeletrônicos de sinalização visual e acústica devem manter-se funcionais durante 01 (uma) hora após o veículo ter sido desligado.

14.2.23. Após este período de tempo, todos estes equipamentos devem entrar em um estado de hibernação de maneira que todo o conjunto eletroeletrônico adicionado ao veículo original não ultrapasse 10mA.

15. Armários:

15.1. Em cada lado da viatura, na parte inferior do tanque, serão acondicionadas carenagens que terão o mesmo comprimento do tanque e, em cada uma, haverá 01 (ou) ou 02(dois) compartimentos com porta para guarda de material, com luz interna de acendimento automático, com interruptores de alta resistência e luminárias de led.

15.2. - As carenagens, com as estruturas construídas em perfis de alumínio de faces planas para evitar acumulação de barro ou detritos, com parede mínima de 2,0 mm de espessura, soldados eletricamente, evitando parafusos ou rebites sendo que estes perfis possuirão as

15.3. seguintes propriedades mecânicas:

15.3.1. - O revestimento será em chapas de alumínio com espessura mínima de 02 mm e fixada à estrutura por colagem elástica, permitindo-se rebites, exclusivamente para fixação das peças ou acessórios de arremate não submetidos a vibrações e fricções entre a chapa e a estrutura, que tendem a soltar ou romper parafusos e rebites.

15.3.2. - As portas serão dotadas de dobradiças inteiriças construídas em aço inoxidável, e fecho em aço inoxidável, terão limitação de abertura de 150º.

15.3.3. - Nas laterais superiores do tanque (esquerda e direita) deverão ser montadas 02 (dois) compartimentos em alumínio ou metal com tratamento anticorrosivo resistente permitindo ter uso robusto com a finalidade de guardar materiais e equipamentos. As medidas serão no mínimo 500 mm de largura, 650 mm de altura e todo o comprimento do tanque. Os dois compartimentos superiores deverão ser providos de fechaduras robustas de acordo com o tamanho do compartimento proporcionando fácil manuseio e resistência à violação (sendo funcionais e estéticos) e com sistema de travamento por chaves, não podendo haver pontos sobressalentes que possam ocasionar atritos como objetos alheios ao veículo. As chapas (estruturais das gavetas e tampas) deverão ter dobras em “x” para concepção estética e estrutural. Em um dos compartimentos deverá existir um suporte para uso de bobina de lona plástica em estrutura de metal e resistente ao peso de trabalho.

15.3.4. As tampas dos compartimentos deverão ser bipartidas devido ao seu extenso comprimento.

15.3.5. - A montagem e compartimentação deve ser de acordo com a necessidade de acondicionamento do material, sendo que os detalhes deverão ser realizados de acordo com as orientações do cliente.

15.3.6. - Deverá conter na traseira do veículo uma escada de acesso removível à parte superior do tanque onde estarão alojados os compartimentos das laterais superiores, sendo a sua localização definida em projeto técnico.

16. - Pintura e grafismo

16.1. - A veículo deverá ser pintado nas cores que identifiquem a Guarda Civil Municipal de Guarulhos, de acordo com as especificações que serão documentadas em apartado.

16.2. - O veículo deverá ser adesivado com os brasões, prefixos e palavras identificando a da Guarda Civil Municipal de Guarulhos, de acordo com as especificações que serão documentadas em apartado.

17. - Outros requisitos

17.1. - Todos os comandos do sistema de lançamento de água deverão ser operáveis a partir do interior da cabine.

17.2. - Manual de operação em português.

17.3. O suporte para pneu reserva, estepe, deverá ser adaptado à configuração da carroçaria, de preferência na parte inferior da traseira do chassi.

17.4. O veículo adaptado deverá ter faixas retrorrefletiva com largura mínima fixada ao longo de seu perímetro. Essas faixas devem estar posicionadas a 1525 mm acima do nível do solo e atender todos requisitos da resolução do Contran Nº 948, DE 28 DE MARÇO DE 2022.

17.5. Sistema elétrico do veículo adaptado e seus dispositivos

17.5.1. Todos componentes elétricos devem ser resistentes a umidade e protegidos de calor excessivo;

17.5.2. A interferência/supressão eletromagnética deve obedecer ao limite estabelecido pela SAE J 551;

17.5.3. Toda a fiação dos circuitos elétricos deve ser de condutores em liga de cobre com bitola suficiente para conduzir 125% da corrente máxima de proteção do circuito. A isolação deve estar de acordo com as SAE J 1128 e conectada à SAE J 1292.

17.5.4. O Alternador deve ter uma capacidade mínima a frio de 130Ah, 24v.

17.5.5. As baterias devem ser do tipo alto ciclo.

Nota: As demais especificações do sistema elétrico devem atender e seguir aos requisitos de funcionalidades dos sistemas dos itens 14 a 17 dessa TR.

17.6. Buzina de ré

17.6.1. O veículo também é equipado com uma buzina para deslocamentos em marcha à ré, com som intermitente, que é acionada automaticamente sempre que a ré é engatada e atenda ao tipo D (87dB), conforme SAE J 994.

17.7. GPS e câmera de ré

17.7.1. O veículo deverá ser equipado com um aparelho GPS instalado na cabina do motorista. O aparelho deve possuir memória mínima RAM de 128 MB, com resolução 800 × 600 e tela de 7", touchscreen. Indicar pontos de interesse, faz o recálculo de rotas e fala o nome das ruas em português. Também suportar atualização do mapa original.

17.7.2. Deve ser fornecido ao conjunto câmera de ré, que liga automaticamente quando a ré é engatada.

17.8. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS QUE ACOMPANHAM A VIATURA

17.8.1. -> 02 un. Calço de roda conforme Norma ABNT NBR 9735;

17.8.2. -> 01 un. 01 Chave para mangote de 5" × 4", com engate tipo pino, de bronze;

17.8.3. -> 02 un. Chave Storz 2 ½" x 1 ½";

17.8.4. -> 01 un. Escada com ~4 m de comprimento, de alumínio, com ganchos;

17.8.5. -> 01 un. Extintor com 12 kg de pó químico seco tipo ABC;

17.8.6. -> Lanternas portáteis de baterias recarregáveis com suportes e ponto de recarga em seu local de fixação no veículo.

17.8.7. -> 02 un. Mangotes de sucção de 3,0 m semi-rígido, ou similar, dotado de filtros(ralo) e conexões adequadas com roscas compatíveis à montagem do conjunto, seguindo padrões da NFPA 1961 e NBR 5667.

Nota: Todas as demais ferramentas e acessórios necessários para operação dos equipamentos de dissuasão instalados.

17.9. O para-choque traseiro deve atender a resolução 152/03 do CONTRAN, que estabelece os requisitos técnicos de fabricação e instalação de para-choque traseiro para veículo de carga.

17.10. Entrega técnica que contemple testes operacionais de todas as funcionalidades.

17.11. Na entrega do veículo são fornecidos os seguintes documentos:

17.11.1.1. Duas (2) cópias, pelo menos, de manuais de operação e manutenção do equipamento (uma cópia em pen drive ou SSD externo) com cobertura completa da viatura, incluindo-se, mas não limitando-se a: chassi, bombas, canhões de água, projetos mecânicos da superestrutura, do mecanismo de desobstrução de vias, diagramas elétricos, mapas de lubrificação, plano de inspeções diárias, semanais mensais etc, e de revisões periódicas;

Nota: Quando forem necessárias ferramentas para aplicação na operação e manutenção rotineira de qualquer componente da viatura, estas devem ser fornecidas pelo contratado junto a viatura.

17.11.1.2. Certificado do teste de bomba de água;

17.11.1.3. Termo de garantia com validade de 1 ano para todos os componentes do veículo.

17.12. Treinamento teórico e operacional ministrado por profissional habilitado e ou qualificado, de no mínimo 20 horas, 4 horas teóricas e 16 horas práticas, para 16 treinandos: sendo 4 condutores, 8 operadores dos lançadores de água e 4 chefes de comando, abrangendo informações técnicas do caminhão e de todas as funcionalidades operacionais. É imprescindível que o treinamento prático seja exercido por todos os treinandos que obtiverem aproveitamento satisfatório recebam certificados de qualificação.

17.13. Do início ao fim do processo de fabricação e adaptação do veículo deverá haver acompanhamento técnico em visitas tantas quantas necessárias, a fim de conciliar adequações, ajustes e possíveis alterações mínimas, não essenciais dos requisitos iniciais, durante esse período com a respectiva aprovação do fiscal ou preposto.

17.14. O veículo adaptado deverá ser construído levando-se em consideração a natureza e a distribuição de carga a ser transportada e as características gerais do serviço ao qual está sujeito quando colocado em operação. Todos os componentes do veículo adaptado devem ser

suficientemente resistentes para atender ao serviço sob carga máxima. Deve ser projetado de forma que seus vários componentes sejam facilmente acessíveis para lubrificação, inspeção, ajustes e reparos. Detalhes menores de construção e materiais que não foram especificados devem ser acordados no fornecimento com aprovação do fiscal do contrato e ou seu preposto técnico.

17.15. O fornecedor deverá fornecer o veículo já inspecionado por um Organismo de Inspeção Acreditado (OIA) pelo INMETRO para garantir que o veículo modificado continua seguro para circular nas vias públicas. E apresentar o CSV, Certificado de Segurança Veicular, assim como o registro na BIN, Base de Índice Nacional, com a alteração do tipo/carroceria do veículo, conforme previsto nas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

17.16. O veículo deve estar em conformidade e atender as legislações federais, estaduais e municipais.

17.17. O veículo adaptado deverá ter os sistemas operacionais de bombeamento de água, lançadores principal e secundários e do mecanismo de desobstrução de vias ensaiados e com certificada por organismos de ensaios independentes. A certificação deve incluir no mínimo o ensaio de bombeamento, ensaio de sobrecarga do motor acionador da bomba, ensaio do dispositivo de controle de pressão, ensaio da bomba de escorva, ensaio de vácuo e ensaio de fluxo d'água do tanque para a bomba, conforme as diretrizes da norma ABNT NBR 14096:1998.

Nota: Os certificados dos ensaios acima deverão ser entregues junto a documentação e entrega do veículo.

17.18. - Garantia mínima de 12 meses a partir do recebimento.

17.19. - O fornecedor deverá garantir assistência técnica autorizada no território nacional.

17.20. - O veículo não pode possuir nenhum tipo de blindagem, sob pena de desclassificação.

18. - Acessibilidade para manutenção:

18.1. O veículo deve ser projetado de forma que toda manutenção diária recomendada possa ser executada facilmente pelo operador, sem a necessidade de ferramentas manuais. Os componentes do veículo que interferirem com o reparo ou remoção de outros componentes maiores devem ser montados com fixadores (parafusos com cabeça, porcas, etc.), de forma que estes componentes possam ser removidos e instalados com ferramentas manuais normais. Estes componentes não podem estar soldados ou afixados de nenhuma forma permanente no lugar.

18.2. Deverão, ao fornecimento do veículo e das adaptações operacionais, a inclusão de revisões e manutenções necessárias subsidiados pela contratada os custos de mão de obra, peças e insumos ou qualquer ônus para esse fim durante o período da garantia.

19. O veículo desse certame deve, de acordo a legislação de trânsito vigente, ser fornecido com seus Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo, CLRV, atualizados com as cores predominantes no grafismo, sem ônus a contratante.



ANEXO III - A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE SEGURANÇA URBANA
Divisão Administrativa de Gestão Orçamentária, Contratos e Convênios
Seção Administrativa de Gestão Documental e Orçamentos

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 026/2025-SSU**1. Descrição da necessidade:**

A aquisição de um veículo leve destinado ao emprego em operações de controle de distúrbios civis, representará um ganho qualitativo à Guarda Civil Municipal de Guarulhos, permitindo que a organização possa desempenhar operações envolvendo controle de distúrbios civis, em especial na prevenção e dispersão de pessoas em bailes irregulares em via pública e no apoio à outras forças de segurança em operações de dispersão de manifestações declaradas ilegais na região próxima ao Aeroporto de Guarulhos, nas rodovias estaduais e federais que cortam o município, nas cercanias de prédios públicos municipais e em ações de reintegração de posse.

Como evidência da necessidade deste tipo de equipamento, no ano de 2024 foram atendidas 2.171 ocorrências de perturbação do sossego, caracterizadas por bailes irregulares em via pública que geram reclamações da população, quer devido ao barulho excessivo durante a noite e madrugada, quer pela interdição de vias públicas.

Esta situação perdura em 2025, onde no período de janeiro a junho foram registradas 941 ocorrências de perturbação do sossego.

Importante destacar que a partir de 2025 foi implantada a Operação Ordem e Paz, onde a Guarda Civil Municipal, de forma isolada ou em concurso com a Polícia Militar, atua no sentido de prevenir a ocorrência de bailes irregulares e reprimir quando possível a sua realização, sendo que de janeiro a maio foram realizadas 159 operações.

Ocorre que estas operações são realizadas sem o emprego de um veículo leve de controle de distúrbios civis, que pode contribuir para a dispersão de bailes irregulares de forma efetiva, pelo emprego de jatos de água.

Trata-se de atividade típica de segurança pública exercida na tutela do patrimônio municipal e conforme previsto na Lei Federal 13.022/2014 que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força.

2. Histórico:**2.1. Tem contrato ou ata vigente:**

☐ Sim, contrato nº __, vencimento: __/__/__

☐ Sim ata nº ____

☒ Não há contrato/ ata vigente.

2.2. Há interesse em prorrogar contrato ou ata vigente?

☐ Sim, por igual período

☐ Sim, por __ meses, com cláusula resolutiva, mediante conclusão de contratação através do Processo ____.

☒ Não

2.3. Informações sobre estoque existente:

☐ Não se aplica, pois trata-se de prestação de serviços

☒ Não se aplica, pois não é um produto estocável

☐ Sim, conforme especificado abaixo:

—

3. Soluções existentes no mercado:

Realizado levantamento de mercado, foi identificado que existem diversas empresas capazes de fornecer o veículo com as adaptações necessárias para promover o emprego do veículo em operações de controle de distúrbios civis.

Importante destacar que a opção de realizar a aquisição de um veículo sem a necessidade de instalação de blindagem balística amplia o número de potenciais licitantes, além de reduzir o preço do objeto a ser contratado, contribuindo para o esforço de reduzir as despesas municipais.

Outro aspecto importante é que o veículo sem blindagem será significativamente mais leve, o que irá prolongar a vida útil do equipamento, pois o sobrepeso da blindagem compromete os sistemas de pneumáticos e suspensão do veículo.

4. Relação de dependência com o contrato:

☒ Não se aplica

☐ Sim, conforme justificativa abaixo:

5. Critério de Sustentabilidade:

A empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, mediante orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – SET/2023 – Câmara Nacional de Sustentabilidade.

O veículo a ser fornecido deve observar as regulamentações previstas pelo Programa de Controle de Emissões Veiculares Automotores, Motociclos e Similares - PROCONVE/PROMOT, regulamentado pelo CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

6. Estimativa do valor da contratação: R\$

Realizada pesquisa de mercado, o custo estimado de aquisição de um caminhão adaptado para emprego em operações de controle de distúrbios civis pode variar bastante, dependendo do fabricante, do modelo-base do caminhão e dos fornecedores especializados neste tipo de adaptação.

Com essa ponderação, o valor estimado do caminhão pronto varia de uma faixa mínima de R\$ 900.000,00 a uma faixa superior de R\$ 1.500.000,00; desta forma, temos um valor estimado médio de R\$

1.300.000,00.

Reiteramos que a projeção de valor será confirmada tão logo tenhamos os orçamentos fornecidos pelas empresas pesquisadas.

Registramos ainda que não obtivemos referência de valores em ferramentas de pesquisas governamentais (PNCP) e/ou contratos públicos, haja vista as características específicas do equipamento a ser adquirido.

7. Levantamento e análise de riscos:**Matriz de análise de riscos.**

| Processo de Trabalho | Atividades | Riscos identificados | | | Avaliação dos riscos | |
|-----------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|--|----------------------|---------|
| | | Causa (devido á) | Evento (poderá haver) | Consequência | Probabilidade | Impacto |
| Planejamento da contratação | Elaboração do ETP e do TR | Imprecisão no ETP e TR | Falha na descrição | Aquisição de equipamento inadequado | 2 | 3 |
| Seleção do fornecedor | Processo de licitação | Falta de fornecedores | Fracasso da licitação | Falta do equipamento | 4 | 3 |
| Gestão contratual | Fiscalização no recebimento | Falta de orientação do Fiscal e DTI | Receber equipamento inadequado | Equipamento não atende às necessidades | 4 | 3 |
| | Manutenção | Baixo emprego do equipamento | Equipamento quebra por desuso | Despesas com manutenção | 5 | 3 |
| | Treinamento | Falta de treinamento aos operadores | Equipamento quebra por uso inadequado | Despesas com manutenção | 5 | 3 |

Tabela 1 – Escala de Probabilidade

| Descritor | Descrição | Nível |
|-------------|---|-------|
| Muito baixa | Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência | 1 |
| Baixa | Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência | 2 |
| Média | Evento esperado, de frequência reduzida e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido. | 3 |
| Alta | Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido. | 4 |
| Muito Alta | Evento repetitivo e constante. | 5 |

Tabela 2 – Escala de Impacto

| Descritor | Descrição | Nível |
|-------------|--|-------|
| Muito baixa | Impacto insignificante nos objetivos | 1 |
| Baixa | Impacto mínimo nos objetivos | 2 |
| Média | Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação | 3 |
| Alta | Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação | 4 |
| Muito Alta | Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação | 5 |

Definição de Estratégias e Planos de Ação.

| Riscos identificados | | | Avaliação dos riscos | |
|------------------------|-----------------------|-------------------------------------|----------------------|--|
| Causa (devido á) | Evento (poderá haver) | Consequência | Estratégia | Plano de Ação |
| Imprecisão no ETP e TR | Falha na descrição | Aquisição de equipamento inadequado | Mitigar | Submeter o ETP e TR à revisão do DTI e promover os ajustes apontados |
| Falta de fornecedores | Fracasso da licitação | Falta do equipamento | Aceitar | |

| | | | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|--|---------|---|
| Falta de orientação do Fiscal e DTI | Receber equipamento inadequado | Equipamento não atende às necessidades | Mitigar | Chefe da Div Adm Log deve supervisionar os testes e o recebimento do equipamento |
| Baixo emprego do equipamento | Equipamento quebra por desuso | Despesas com manutenção | Aceitar | |
| Falta de treinamento aos operadores | Equipamento quebra por uso inadequado | Despesas com manutenção | Mitigar | Comandante da Escola de Formação de Guardas Municipais deve desenvolver um curso de operador do veículo leve de controle de distúrbios civis. |

8. Definição do objeto:

O veículo leve de Controle de Distúrbios Civis a ser adquirido atender aos requisitos de alto nível a seguir relacionados:

- Veículo deve priorizar a leveza e a manobrabilidade em área urbana;
- Capacidade de lançamento de jatos de água por canhão tipo incêndio e por mangueira;
- Sistema de sinalização luminoso e sonoro;
- Não possuir blindagem balística;
- Possuir grades de proteção nos vidros dianteiros, janelas, faróis e lanternas;
- Ser fabricada no Brasil;
- Possuir rede de concessionárias para realização das revisões instalada preferencialmente no município de Guarulhos e excepcionalmente na região metropolitana de São Paulo

A definição completa do objeto encontra-se em Diversos DESCRITIVO_ATUALIZADO (3439077)

9. Justificativa de escolha da solução:

A contratação pretendida encontra amparo no Plano de Governo, que prioriza a adoção de medidas visando prevenir e coibir a realização de bailes irregulares em via pública.

A aquisição ainda está prevista no Plano de Contratações Anual – 2026.

Importante ainda ressaltar que a escolha da solução de um veículo sem blindagem balística decorreu da necessidade de reduzir o custo, pois é uma opção que melhor atende ao aspecto da economicidade, aliado ao fato de que o veículo sem o peso adicional da blindagem se torne mais manobrável, facilitando a sua operação na área urbana de Guarulhos, onde é comum vias públicas estreitas e relevo acidentado, bem, como, o fato do veículo ser mais leve, contribui para a manutenção do mesmo, pois o peso adicional da blindagem reduz a vida útil do equipamento, em especial o sistema de suspensão e pneumáticos.

10. Previsão no plano de contratação anual (PCA)

Sim,

() conforme PCA

(X) de acordo com o planejamento da unidade e lei orçamentária anual

11. Estimativas de quantidades:

| Item | Descrição | Marca | Unidade de medida | Qtd | Valor unitário | Valor Total |
|------|--|---------------|-------------------|-----|------------------|------------------|
| 1 | Veículo leve de Controle de Distúrbios Civis | Não aplicável | Unidade | 1 | R\$ 1.300.000,00 | R\$ 1.300.000,00 |

A referência de valor é uma estimativa; tão logo tenhamos os orçamentos, iremos consolidar no Mapa Demonstrativo de Preços.

12. Justificativa para o parcelamento, agrupamento e subcontratação:

Considerando o objeto da contratação — **Caminhão Adaptado como Veículo Leve de Controle de Distúrbios (VLCD)** — a melhor escolha é, inequivocamente, a **Contratação de**

Objeto Único (sem Parcelamento, agrupamento ou subcontratação).

O objeto é a aquisição de um **Caminhão Adaptado como Veículo Leve de Controle de Distúrbios (VLCD)**, que se caracteriza como um bem de natureza **altamente especializada** e de

solução integrada. Este veículo é composto por um chassi de caminhão e um conjunto de adaptações e equipamentos específicos (como sistemas de monitoramento, lançadores de água/agentes químicos,

etc.), cujo funcionamento e desempenho dependem da perfeita sinergia entre todos os seus componentes.

Justificativa pelo não parcelamento, agrupamento ou subcontratação (apenas Contratação de Objeto Único)

A não adoção do parcelamento, agrupamento ou subcontratação é a opção mais adequada e se justifica pelos seguintes pontos técnicos e econômicos:

- **Inviabilidade Técnica e Perda de Funcionalidade:** O VLCD é um sistema complexo e unitário. O parcelamento em componentes (ex: adquirir o caminhão e, separadamente, a

blindagem ou o sistema de lançamento de água) acarretaria a perda da sua funcionalidade essencial e integrada. A responsabilidade técnica pela garantia, integração e desempenho do produto final seria diluída

entre diversos fornecedores, tornando a gestão do contrato e a eventual responsabilização por vícios e defeitos extremamente complexa ou inviável.

- **Risco à Garantia e Segurança:** Um veículo militar ou de segurança pública exige garantia total do produto final integrado. O parcelamento elevaria o risco de falhas de segurança e desempenho, pois não

haveria um único responsável pela homologação e certificação do conjunto (chassi + adaptação).

- **Não Vantajosidade Econômica:** Embora o parcelamento possa, em tese, ampliar a competitividade, a aquisição de componentes separadamente geraria custos adicionais e imprevisíveis de logística,

coordenação, montagem e integração final por conta da Administração, elevando o custo global da contratação e os riscos operacionais.

Desta forma, ratificamos que o objeto é a aquisição de **uma única solução integrada (um VLCD)** e não um conjunto de bens ou serviços distintos, justificando a não adoção pelo parcelamento, agrupamento ou

subcontratação.

13. Legislação sobre o assunto:

Constituição Federal

Leis Federais 13.022/2014 e 14.133/2021.

Leis Municipais 4213/92; 4459/93 e 7657/2018.

Decreto(s) Municipal (is) 33.857/2016; 35138/2018 e 35781/2019.

Portaria nº 001/2024-SF

14. Premissas técnicas:

Não há nenhuma premissas para que a contratação se torne viável ou efetiva.

15. Padronização:

O único requisito de padronização a ser atendido envolve a pintura e o grafismo do veículo, que deve observar as especificações previstas no Termo de Referência.

Para subsidiar as empresas quanto ao serviço de grafismo, juntamos ao presente SEI o layout utilizado nas viaturas da Guarda Civil Municipal de Guarulhos em cota 3049171.

16. Indicação de Marca ou Modelo:

Não é necessário indicar marca ou modelo de veículo ou equipamentos a ser adquirido.

17. Atividade Acessória:

Certifico que a aquisição do veículo leve de controle de distúrbios civis representa um equipamento que será efetivamente empregado para a executar as atribuições legais da Secretaria para Assuntos de Segurança Pública, por intermédio da Guarda Civil Municipal.

18. Bens de luxo:

Certifico que o veículo leve de controle de distúrbios civis é um bem permanente com configuração especial e não se enquadra como bem de luxo.

19. Princípio da segregação de funções

As funções são divididas em planejamento, condução da licitação e gestão do contrato, garantindo mais controle e transparência (artigos 5º e 7º da Lei 14133/2021).

(X) Sim, atende os princípios da segregação de função.

() Não, conforme justificativa abaixo:

20. Mapa de risco (matriz de risco):

Mapa de Risco inserido no item 7.

21. Identificação do responsável pela elaboração do ETP (nome, CF, cargo):

Marcus Muriel Batista

Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro

marcusbatista@guarulhos.sp.gov.br

Código Funcional 83233

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro da Silva Carvalho de Jesus, Chefe de Seção Administrativa**, em 10/12/2025, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Oliveira Paim, Chefe de Seção Técnica**, em 10/12/2025, às 11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Mauricio Lima da Silva, Chefe de Divisão Administrativa**, em 16/12/2025, às 10:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3049171** e o código CRC **455331C5**.



ANEXO III - B

GRAFISMO



















ANEXO IV

MINUTA TERMO DE CONTRATO



Contrato de Fornecimento

* MINUTA DE DOCUMENTO

Nº.

/2026

CONTRATADA:

CÓDIGO:

PROCESSO: 1125.2025/0005422-5

OBJETO: Aquisição de um veículo leve destinado ao emprego em operações de controle de distúrbios civis

1. PREÂMBULO

1.1 PARTES: MUNICÍPIO DE GUARULHOS, com sede à Av. Bom Clima, 91 - Jd. Bom Clima – Guarulhos/SP, inscrito no CNPJ sob nº. 46.319.000/0001-50, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **Secretário de Segurança Urbana, Sr. _____**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida à _____ – CEP _____, **Fone:** (____) _____, **e-mail:** _____, neste ato representada pelo signatário ao final identificado, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, ficando as partes subordinadas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, e condições constantes deste contrato.

1.2 FUNDAMENTO: Este contrato decorre de homologação, pela autoridade competente, de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº _____-SFIL**, que se acha juntada ao processo supracitado.

2. DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES

2.1 NATUREZA DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o(s) produto(s) abaixo relacionado(s), conforme **Termo de Referência**.

| Item | Quant. | Unid. | Descrição do(s) Produto(s) | Valor Unitário | Valor Total |
|------|--------|-------|---|----------------|-------------|
| 01 | 01 | Un | Veículo Leve Destinado ao Emprego em Operações de Controle de Distúrbios Civis CATMAT: 622861 Marca/Fabricante: | R\$ | R\$ |

2.2 FORMA DE FORNECIMENTO: Entrega única.

2.3 LOCAL DE ENTREGA: o veículo deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Transportes Internos, localizado a Rua Eng. Albert Leimer, 635 - Jd. São Geraldo - Guarulhos/SP - CEP 07140-020, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas diretas, indiretas, bem como todos os impostos e tributos que houver.

2.4 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) designou como Gestor e Fiscal deste contrato os servidores da **Secretaria de Segurança Urbana**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

3. PRAZOS

3.1 PRAZO DE ENTREGA: A entrega deverá ocorrer em **até 240 (duzentos e quarenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Início.

3.1 PARA RECEBIMENTO DA ORDEM DE INÍCIO: a CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, antes do início dos serviços e, no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis** após a assinatura deste Contrato, os seguintes documentos:

a) Comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos indicados na cláusula 7 do edital, que pode se dar nos termos da Súmula nº 25 do TCE/SP.

3.2 PRAZO DE VIGÊNCIA: Este contrato tem vigência da data de assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

3.3 PRAZO DE GARANTIA: mínima de 12 (doze) meses, de todos os itens, a contar do recebimento definitivo.

3.4 MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: os modelos de gestão e de execução são aqueles consignados no Termo de Referência, de responsabilidade da Unidade Requisitante.

4. VALOR, RECURSOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

4.1 VALOR: O valor estimado deste Contrato é de **R\$ _____ (_____)**.

4.2 RECURSOS: A despesa onerará, inicialmente, a(s) seguinte(s) dotação(ões):

2091.0612200351.034.01.1000235.449052.0474

4.3 FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo, nos termos da cláusula 5.5 deste contrato, de acordo com os quantitativos efetivamente entregues, observadas as seguintes condições:

a) Os produtos deverão acompanhar a Nota Fiscal, bem como, se emitida eletronicamente, a via digital deve ser encaminhada para o e-mail da unidade requisitante, devendo a CONTRATADA confirmar tal dado junto ao gestor do contrato;

- b)** Aferida a quantidade entregue, de acordo com a Nota Fiscal (que deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento), o gestor e/ou fiscal deverá atestar o documento, nos termos da cláusula 5.5;
- c)** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, a ser indicada pela contratada;
- d)** O órgão Gestor deverá observar as instruções normativas contidas na Portaria nº 03/2017-SF;
- e)** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- f)** Quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATANTE poderá comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21;
- g)** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da manutenção de regularidade fiscal;
- h)** Quando do pagamento, se aplicável, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007.
- i)** No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira:

$I = (\text{meta da inflação}/100)/365$

4.4 REAJUSTAMENTO: O contrato poderá ser reajustado pelo índice **IPCA-IBGE**, nos termos do Decreto Municipal nº 23124/05.

4.4.1 O reajuste somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, adotando-se como data base a data da apresentação das propostas, nos termos do art. 25º, § 8º da Lei Federal 14.133/21.

4.4.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

5. RESPONSABILIDADES

5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b)** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e/ou no Termo de Referência;
- c)** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e)** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, de acordo com o respectivo recebimento;
- f)** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e/ou de repactuação de preços, feitos pela CONTRATADA, no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data do protocolo devidamente instruído.
- g)** Cientificar o Órgão Competente pelas Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para aplicação de sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do Contrato, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, se o caso;
- h)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i)** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- j)** Não praticar atos de ingerência na administração do contrato, tais como:
- a)** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- b)** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
- c)** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
- d)** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- e)** demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- f)** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

5.2 São obrigações da CONTRATADA:

a) A assunção integral de responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.

b) O cumprimento de todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

c) Manter forma de atendimento com disponibilidade mínima em dias úteis para saneamento de dúvidas, resolução de possíveis problemas e/ou quaisquer atos necessários à execução do contrato.

a) Qualquer alteração no meio de comunicação para tal atendimento deve ser imediatamente comunicado à CONTRATANTE.

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado na cláusula 5.4, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devidamente comprovados, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos, garantido o contraditório e ampla defesa;

h) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE, ou de agente público que desempenhe função na licitação ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, § único, da Lei Federal 14.133/21;

i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique em local de entrega do(s) produto(s), devendo ser observada a urgência da situação;

k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, respeitadas as vedações existentes por força de lei ou regulamentações, de acordo com o objeto deste contrato, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

l) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

n) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços que tenham relação com o fornecimento e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

o) Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezessex) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

q) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

r) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal 14.133/21);

s) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sendo este, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, § único, da Lei Federal 14.133/21);

t) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

u) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 14.133/21.

v) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE, de acordo com o objeto;

w) Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

x) Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

y) Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

z) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

aa) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.3 Os fornecimentos deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes neste contrato, no ato convocatório e na forma prevista na proposta, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer a CONTRATADA, nas sanções previstas.

5.4 Constatadas irregularidades na execução do objeto, a CONTRATANTE poderá:

a) Refutá-lo no todo ou em parte, determinando a substituição de produto, refazimento dos serviços ou rescindir a contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

b) Na hipótese de substituição de produto ou refazimento de serviços, a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com as condições estabelecidas no instrumento contratual e Termo de Referência, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da notificação por escrito, sem que isto implique em quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

c) Na impossibilidade de serem substituídos ou refeitos, aplicar-se-ão as sanções cabíveis.

5.5 Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:

a) provisoriamente, mediante conferência simples da Nota Fiscal que acompanha o(s) produto(s);

b) definitivamente, em **até 10 (dez) dias** do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, mediante ateste da Nota Fiscal que acompanha o(s) produto(s), com o devido encaminhamento para liquidação e pagamento.

b.1) Antes do recebimento definitivo, será exigida demonstração:

b.1.1) Do sistema de lançamento de água, oportunidade em que serão testados os sistemas de jato de água e de mangueira;

b.1.2) Do sistema de câmeras, DVR e monitor, comprovando o funcionamento das quatro câmeras, a gravação e reprodução das imagens em qualidade mínima Full HD, a atuação do infravermelho em ambiente de baixa luminosidade e a resistência dos invólucros antivandalismo.

b.1.3) A entrega deverá ser acompanhada dos manuais, certificado de garantia, nota fiscal e documentação para emplacamento.

b.1.4) Por ocasião da apresentação para a vistoria do equipamento pela Guarda Civil Municipal, compromete-se a CONTRATADA a enviar um representante devidamente credenciado para que este possa assinar o TERMO DE VISTORIA E ACEITAÇÃO DO VEÍCULO, declarando assim que o veículo foi aprovado pela CONTRATANTE, estando em perfeitas condições de uso, funcionamento e início dos serviços.

c) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.6 As responsabilidades das partes na execução deste Contrato são as comuns nele implícitas ou expressas, com base na Lei de Licitações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

5.7 Outras responsabilidades são aquelas relacionadas no **Termo de Referência**.

6. SANÇÕES E EXTINÇÃO

6.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

f) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

g) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;

i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), durante a execução do contrato.

6.2 Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.2.1 ADVERTÊNCIA, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" e "c" do item 6.2.4;

6.2.2 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d" e "e", do item 6.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" ou "d" do item 6.2.4;

6.2.3 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 6.1 acima, bem como nas alíneas "b", "c", "d" e "e" também do item 6.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "d" do item 6.2.4;

6.2.4 MULTA, aplicada da seguinte forma:

a) Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue até o **10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;

b) Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue do **11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;

c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% a 20%** sobre o valor da parcela inadimplida, a ser definida

conforme item 6.8;

d) Nos casos de **inexecução total da obrigação**, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo **superior a 30 (trinta) dias**, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 6.1 acima, bem como nas alíneas "b", "c", "d" e "e" também do item 6.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% a 30%** sobre o valor do Contrato, a ser definida conforme item 6.8.

6.2.5 Para aplicação das multas elencadas nas alíneas "a" e "b" acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou descontado de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

6.2.6 A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até **03 (três) anos**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 6.2.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:

a) 06 (seis) a 12 (doze) meses nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 6.8;

b) 13 (treze) a 18 (dezoito) meses nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 6.8;

c) 19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 6.8;

6.2.7 A aplicação da penalidade prevista nos itens 6.2.2 e 6.2.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.

6.2.8 Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas "c" e "d", do item 6.2.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

6.3 A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

- a)** comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;
- b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

6.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

6.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 6.2, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 6.8.

6.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

6.6.1 Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos por meio eletrônico, **até o último dia útil do prazo**, ou protocolados diretamente na Rua do Rosário, 300 - Macedo - Guarulhos/SP, **das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo**.

6.6.2 Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos **após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado**, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou sistema eletrônico, ou **protocolados fisicamente após o horário determinado do último dia útil do prazo estipulado**, conforme estabelecido no item anterior.

6.6.3 Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 6.2.8.

6.7 Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.

6.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.9 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.10 A extinção contratual poderá ser, ainda, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Conforme o motivo, podem-se aplicar também as disposições dos artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.

6.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.12 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

6.12.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.13 A extinção, sempre que possível, será precedida:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 DA GARANTIA CONTRATUAL: A CONTRATADA apresenta neste ato, como condição para assinatura, garantia contratual no valor de R\$ ____ (____), conforme previsto no artigo 96 e seguintes, da Lei Federal 14.133/21, equivalente a 5% do valor total do Contrato, que será levantada após o término e entrega do objeto, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, diante da extinção do contrato.

7.1.1 A garantia contratual deverá ter validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após seu término.

7.1.2 A garantia contratual deverá acompanhar as modificações referentes aos prazos do contrato, sendo que em caso de iminente vencimento durante a execução do contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA deve providenciar sua renovação, sendo que o(s) responsável(is) pela gestão contratual deve(m) acompanhar os prazos contratuais e solicitar a renovação, junto à CONTRATADA.

7.1.3 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

7.1.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de seu prazo, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período mediante solicitação justificada, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.1.5 Na hipótese de suspensão ou paralisação do contrato pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia até o reinício da execução, devendo o(s) responsável(is) pela gestão contratual verificar tal condição e solicitar a renovação junto à ordem de reinício.

7.1.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada pelo(s) responsável(is) pela gestão contratual.

7.2 CONDIÇÕES INTEGRANTES: São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, conforme o fundamento acima;
- c) A Proposta da CONTRATADA; e
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

7.3 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

7.4 ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

7.4.1 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do termo de contrato.

7.5 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado pela unidade requisitante, com anuência da CONTRATADA, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, devendo esse prazo ser observado pelos responsáveis pela gestão do contrato, respeitados, ainda, os prazos estipulados na Súmula 15 da PGM.

7.6 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21, devendo a unidade requisitante encaminhar ao Órgão responsável pelas Licitações e Contratos as devidas justificativas e solicitação para o apostilamento.

7.7 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto contratado.

7.8 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.9 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo sua aplicação ser precedida da devida análise jurídica.

7.10 Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

7.11 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.12 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.13 A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

7.14 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.15 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.16 A CONTRATADA deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.17 A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

7.18 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.19 A CONTRATADA, ao assinar o presente contrato, DECLARA que está ciente acerca da Política de Segurança da Informação, instituída pelo Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022, e concorda em cumprir todas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas, se aplicável, e se compromete a:

- a)** Proteger as informações confidenciais da CONTRATANTE e dos cidadãos do Município, acessadas ou gerenciadas no decorrer da prestação dos serviços;
- b)** Utilizar os recursos de tecnologia da informação fornecidos pela CONTRATANTE apenas para os fins autorizados e em conformidade com as políticas estabelecidas;
- c)** Relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança da informação ou suspeita de violação das políticas;
- d)** Participar de treinamentos e capacitações relacionados à segurança da informação quando solicitado pela CONTRATANTE;
- e)** Colaborar com a equipe de segurança da informação do município para implementar e manter as medidas de segurança adequadas;
- f)** Dar ciência aos seus colaboradores do fiel cumprimento da PSI.

7.20 No ato de assinatura deste instrumento, a CONTRATADA declara que ofertou sua proposta ciente e em concordância com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão originário, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

7.21 FORO: As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

Estando as partes concordes com as cláusulas transcritas no presente Contrato, assinam os representantes, digitalmente, mediante acesso com senha pessoal, conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente.

Guarulhos, data da última assinatura digital (será considerado o próximo dia útil, caso a última assinatura ocorra em dia que não haja expediente no órgão ou entidade competente).

Secretário de Segurança Urbana

RAZÃO SOCIAL

Nome:

Cargo:

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARULHOS (Secretaria de Segurança Urbana)

CONTRATADO:

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº /2026

OBJETO: Aquisição de um veículo leve destinado ao emprego em operações de controle de distúrbios civis

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarulhos, data da última assinatura digital.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo: Secretário de Segurança Urbana

CPF:

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: Secretário de Segurança Urbana

CPF:

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: Secretário de Segurança Urbana

CPF:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Nome:

Cargo: Subsecretário de Licitações e Contratos

CPF:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Nome:

Cargo:

CPF:

(*) O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Estevam de Barros Ferrazzini, Chefe de Divisão Técnica**, em 03/02/2026, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3806698** e o código CRC **E93B1FA2**.